

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.276 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2001

Plenário discute privatizações na área elétrica

O senador Paulo Hartung defendeu a suspensão do processo de privatização de empresas de energia elétrica. Ele foi aparteado por diversos senadores, que condenaram a venda das estatais do setor.

PÁGINA 7



Usina Hidrelétrica de Marimbondo, construída por Furnas no rio Grande, entre os municípios de Icém (SP) e Fronteira (MG)

CAE, CFC e CI debatem com ministro risco de racionamento de energia

Em audiência pública promovida amanhã por três comissões do Senado, o ministro de Minas e Energia, José Jorge, discutirá com senadores matriz energética nacional, privatizações no setor, plano de emergência para geração de energia, estratégias anunciadas pelo governo para conter o consumo e acidente que resultou no afundamento da plataforma P-36.

PÁGINA 3

Extinção da Sudene e da Sudam é tema de Bezerra no Senado

A proposta de extinção da Sudene e da Sudam, cujas atribuições seriam absorvidas por agências de desenvolvimento a serem criadas pelo Executivo, é o tema da audiência pública que as Comissões de Assuntos Econômicos, de Fiscalização e Controle e de Serviços de Infra-Estrutura realizam amanhã, a partir das 10h, com a presença do ministro Fernando Bezerra.

PÁGINA 3



Waldeck Ornélas diz que a população é quem mais perde com a guerra fiscal

Proposta contra a guerra fiscal vai a segundo turno

Será votada em segundo turno na quarta-feira a proposta de Waldeck Ornélas que dá ao Senado a atribuição de votar resolução contra a guerra fiscal.

PÁGINA 5



Nabor Júnior quer restabelecer igualdade entre candidatos

Emenda exige renúncia de candidato à reeleição

Plenário começa a examinar quinta-feira proposta de emenda constitucional de Nabor Júnior que obriga o candidato à reeleição a renunciar ao mandato.

PÁGINA 4

SENADORES AVALIAM FUTURO DO MERCOSUL E INGRESSO DO BRASIL NA ALCA

PÁGINAS 6 E 8

Congresso recebe projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Parlamentares devem iniciar nesta semana o exame da matéria, que fixa os parâmetros para a elaboração do Orçamento no ano que vem

O Congresso Nacional recebeu na última quarta-feira do Executivo a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002. O projeto de LDO – que estabelece metas para a elaboração da Lei Orçamentária de 2002 – deverá começar a ser examinado, já nesta semana, pelos senadores e deputados federais que

integram a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Depois de analisada e votada pela comissão, onde poderá receber emendas dos parlamentares, a matéria será apreciada e votada pelo Plenário em sessão conjunta do Congresso Nacional. A LDO precisa ser aprovada no

Legislativo até o dia 30 de junho. Do contrário, o Congresso não poderá entrar em recesso enquanto a matéria não for votada.

Já o projeto do Orçamento da União para o ano que vem deverá chegar ao Congresso até 31 de agosto. O prazo é previsto pela Constituição federal promulgada em outubro de 1988.

Emilia se filia ao PT em cerimônia no Senado

Com a presença das principais lideranças nacionais do PT, a senadora Emilia Fernandes (RS) assinou quarta-feira sua ficha de filiação do partido, em cerimônia no



Emilia quer dar "um basta a esse mar de lama"

Senado. Em entrevista coletiva logo após a cerimônia, a senadora afirmou que o PDT, seu antigo partido, se descaracterizou nos últimos tempos, devido à "centralização excessiva".

A senadora disse considerar o PT a melhor alternativa para "dar um basta a esse mar de lama no Brasil". O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) deu as boas-vindas para a senadora e disse que o aumento da bancada fará uma grande diferença no Senado, "principalmente com a presença de três senadoras petistas" – Heloísa Helena (AL), Marina Silva (AC) e, agora, Emilia Fernandes.

CCJ analisa PEC sobre finanças e quebra de sigilo de Eduardo Jorge

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará, em reunião na próxima quarta-feira, às 10h, proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que prevê a edição de leis complementares específicas para regular assuntos relativos a finanças públicas. Diante da amplitude e das especificidades de cada área das finanças públicas, Requião entende como "inconveniente" que essa normatização seja feita por meio de uma única lei complementar.

A CCJ também pode votar três requerimentos solicitando a quebra do sigilo bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira. A quebra de sigilo é extensiva a familiares e sócios de Eduardo Jorge, além de ex-dirigentes de fundos de pensão e de empresas estatais.

A comissão examinará ainda projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que proíbe o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes até o segundo grau. Segundo Marina, a prática de registrar parentes próximos como suplentes vai de encontro a um dos



Requião defende leis específicas para as finanças públicas

princípios da administração pública, a impessoalidade. "É inadmissível que a pessoa do agente público confunda-se com o Estado, de tal modo que o voto venha a servir a interesses de famílias", argumentou.

Outro projeto de destaque regulamenta o comércio eletrônico no país, feito pela Internet, e já conta com parecer

favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS). O autor, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), quer adequar a legislação às normas sobre o comércio eletrônico seguidas em nível internacional. Ele sugere princípios gerais para as questões regidas pelo projeto e que não estejam expressamente disciplinadas. A proposta baseia-se na lei-modelo da Uncitral (Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional), datada de 1996, que busca uniformizar as regras jurídicas para o comércio via Internet.

Em sua justificativa, Lúcio Alcântara admite: "Em virtude da novidade do tema, estamos conscientes de que a proposição não é a palavra final sobre a matéria, havendo de colher aperfeiçoamentos ao longo de sua tramitação."



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2001

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00, que concede imunidade tributária para cadernos escolares; Substitutivo da Câmara ao PLS nº 127/95, que padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e TV nos espaços dedicados à propaganda; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e PLC nº 105/00, que dispõe sobre o atendimento preferencial ao idoso nas unidades do SUS.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 14/01, que dispõe sobre o crime de assédio sexual; PLC nº 17/01, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama por planos e seguros privados de assistência à saúde nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer; PLC nº 18/01, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os servidores das delegacias de polícia informarem às vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; Substitutivo ao PLS nº 196/95, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 125/01, do senador José Roberto Arruda, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 20/99, que já se encontra apensada à de nº 18/99, com a de 3/01, por regulamentar a mesma matéria.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: destinada a comemorar o aniversário de Brasília.

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 7/96, que prevê que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interferem nas relações federativas; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 44/00, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e de prefeitos, quando concorrerem à reeleição; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 45/00, que dispõe sobre a obrigação de os governadores de estado e do DF e os prefeitos, quando concorrerem à reeleição, renunciarem ao mandato seis meses antes do pleito; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos

Pauta: exposição do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, sobre a proposta de extinção da Sudam e da Sudene. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 19*

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 118/00, que dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma posto em comércio; PLC nº 91/00, que determina o hasteamento diário da bandeira nacional em todos os prédios públicos; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

15h – CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento de Adjalmir Simões Ferreira. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: sabatina do ministro Ivan Oliveira Canabrava, indicado para chefiar a missão diplomática brasileira no Japão, e do diplomata Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, indicado para embaixador em Moçambique. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 5*

Após Ordem do Dia – Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Fiscalização e Controle e de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: exposição do ministro de Minas e Energia, José Jorge, sobre a matriz energética brasileira, sobretudo os problemas relativos à geração e distribuição de energia; política tarifária; as atividades de extração de petróleo; o plano de emergência na geração elétrica; e a privatização das usinas hidrelétricas, com especial atenção na proposta de venda do controle do sistema Furnas. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 19*

18h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação das matérias remanescentes das pautas nºs 1 e 2, de 2001. *Anexo Luiz Eduardo Magalhães – Ala "C" da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE, CFC e CI ouvem ministro de Minas e Energia

Risco de racionamento de energia elétrica, privatizações no setor e acidente que resultou no afundamento da plataforma P-36, da Petrobras, devem ser os temas em debate entre José Jorge e os senadores

A matriz energética brasileira será o principal tema a ser abordado amanhã pelo ministro de Minas e Energia, José



Jorge, que vem ao Senado falar em uma audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Fiscalização e Controle (CFC) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Com relação à matriz energética, o ministro – que é senador pelo PFL de Pernambuco, licenciado para ocupar a pasta de Minas e Energia – dará ênfase aos problemas relativos à geração e distribuição de energia elétrica. A atual política governamental para as tarifas do setor também deverá tomar boa parte da discussão com os senadores.

O ministro não deixará de abordar o acidente que resultou no afundamento da plataforma P-36, da Petrobras, ocorrido na Bacia de Campos, no litoral fluminense. Um dos itens propostos na pauta previamente aprovada pelas três comis-

sões refere-se às atividades de extração de petróleo.

Outro ponto a ser discutido na reunião, que começa logo após a Ordem do Dia do Plenário, é a ameaça de racionamento de energia elétrica decorrente dos baixos níveis dos reservatórios mesmo após o término da estação chuvosa na maior parte do país. O ministro deverá falar sobre o plano de emergência para geração de energia elétrica, assim como as estratégias anunciadas pelo governo para conter o consumo.

José Jorge terá de abordar, ainda, o atual plano de privatizações das usinas hidrelétricas. Os senadores querem que o ministro mostre, com especial destaque, a proposta de privatização do sistema Furnas. O projeto do governo federal vem enfrentando resistências do governo de Minas Gerais, estado onde se localiza a usina hidrelétrica de Furnas.

O ministro comparece à audi-



Projeto de Freire, que veda privatização no setor de energia, deve ser um dos temas do debate

ência pública no momento em que tramita na CAE o projeto de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE) que exclui as empresas de geração e transmissão de energia elétrica do programa nacional de desestatização. A matéria já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para o autor da proposta, a privatização dos setores de transmissão e geração de energia elétrica não pode estar amparada em uma autorização legislativa genérica, como ocorre atualmente.

Comissões debatem com Bezerra extinção da Sudene e da Sudam

O destino da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) será discutido amanhã, a partir das 10h, em audiência pública conjunta promovida pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Fiscalização e Controle (CFC) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, deverá falar sobre a proposta de extinção das autarquias federais, cujas atribuições seriam absorvidas por agências de desenvolvimento a serem criadas pelo Poder Executivo.

A bancada parlamentar das regiões Norte e Nordeste no Senado está unida em torno da manutenção da Sudam e da Sudene, alvo de denúncias de irregularidades na concessão de incentivos fiscais e financeiros a projetos de desenvolvimento econômico. A convocação da audiência pública foi provocada por requerimentos, aprovados pela CAE e CI, de autoria dos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Freitas Neto (PFL-PI) e Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Mas o interesse pela preservação



Freitas Neto é um dos autores do requerimento de convocação do ministro Fernando Bezerra

das duas instituições extrapola a esfera do Senado. Segundo o senador Hugo Napoleão (PFL-PI), o vice-presidente da República, Marco Maciel, já levantou recentemente sua voz em defesa da Sudene. Capitaneados pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), parlamentares da bancada federal do Nordeste e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo – também incluídos na área de atuação de Sudene –, governadores, deputados estaduais e membros do Judiciário lançaram, semana passada, um manifesto contra a extinção do órgão de fomento regional.

Embora defendam a apuração de desvios porventura ocorridos na aplicação de recursos do Fundo de

Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), geridos pela Sudene e Sudam, alguns senadores, a exemplo de Geraldo Melo (PSDB-RN), desconfiam que a extinção das autarquias seja um pretexto para pôr fim à política de desenvolvimento regional no país. Já o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), acredita que a proposta esconde um ataque do governo às linhas de incentivo fiscal destinadas a atrair investimentos para as regiões menos desenvolvidas.

A bandeira levantada pelos senadores leva em conta a modernização administrativa e a reformulação das ações de desenvolvimento regional, considerando a permanência das duas autarquias como fundamental para superação dos desequilíbrios entre as regiões brasileiras. Fizeram recentes pronunciamentos nesse sentido os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Tasso Rosado (PMDB-RN), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Romero Jucá (PSDB-RR), Francelino Pereira (PFL-MG), José Alencar (PMDB-MG), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Gerson Camata (PMDB-ES) e Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Foneticista depõe quarta-feira no Conselho de Ética do Senado

O especialista em fonética Ricardo Molina de Figueiredo, do Instituto de Pesquisa e Processamento de Som, Imagens e Texto, de Campinas (SP), será o próximo depoente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em reunião marcada para a quarta-feira, às 17 horas. O conselho está apurando se houve quebra de decoro parlamentar por parte do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) em declarações proferidas durante conversa com procuradores da República em fevereiro deste ano.

De acordo com a revista *IstoÉ* – que publicou o teor da conversa –, Antonio Carlos teria dito dispor de uma lista com os votos dos senadores na sessão secreta que resultou na cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Na reunião de quarta, Molina deverá mostrar aos senadores o que conseguiu degravar da fita que contém a conversa entre Antonio Carlos e os procuradores. A fita foi encaminhada ao especialista pela revista *IstoÉ*. O foneticista já havia

comparecido ao Senado em reunião realizada pela Comissão de Fiscalização e Controle no mês passado. Na oportunidade, ele apresentou os trechos que podiam ser ouvidos e apontou aqueles considerados inaudíveis, ressaltando, porém, que seria capaz de decifrar outros trechos da conversa, caso dispusesse de mais tempo para examinar a fita.

Os integrantes do conselho devem também decidir, na mesma reunião, a data dos depoimentos do ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado jornalista Fernando Cesar Mesquita – que participou da conversa ao lado de Antonio Carlos – e de jornalistas do jornal *Folha de S. Paulo* que disseram ter ouvido funcionários do Prodasen confirmarem a existência da referida lista.

Os senadores ainda não tomaram uma decisão sobre a convocação dos professores da Unicamp que realizaram perícia no painel eletrônico de votação e do senador Antonio Carlos Magalhães.

Suassuna admite acareação entre Eduardo Jorge e dois procuradores

O ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge e os procuradores Guilherme Schelb e Luiz Francisco de Souza podem ser submetidos a acareação na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado (CFC). O anúncio foi feito há pouco pelo presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que vai apresentar dois requerimentos convocando Eduardo Jorge e os procuradores. Caso haja divergências nos depoimentos – e o senador disse acreditar que haverá –, outros requerimentos deverão ser apresentados com o objetivo de ouvir simultaneamente as duas partes.

A acareação é um desejo do próprio Eduardo Jorge. “Gostaria muito de ser acareado com os procuradores, para dizer que

eles são mentirosos e para desafiá-los a mostrar qualquer fato que me incrimine”, afirmou o ex-secretário, para quem os processos movidos pelo Ministério Público contra ele tem motivações político-partidárias.

Na tarde de quarta-feira, Eduardo Jorge entregou a Suassuna cópias de documentos em que autoriza a quebra dos seus sigilos fiscal e bancário – e o de sua esposa, de seus irmãos e de seus sócios. Eduardo Jorge também entregou cópia dos processos instaurados contra ele pelo Ministério Público Federal em Brasília e em São Paulo e o resultado do rastreamento dos recursos desviados das obras do TRT de São Paulo, que, segundo ele, não indicam depósitos em quaisquer de suas contas bancárias.



Ramez Tebet preside o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Candidato à reeleição pode ser obrigado a renunciar

Plenário aprecia PEC que prevê desincompatibilização seis meses antes das eleições. Matéria foi aprovada pela Comissão de Justiça

Os políticos que ocupam cargos no Executivo e que queiram candidatar-se à reeleição serão obrigados a renunciar seis meses antes do pleito. É o que prevê a proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que começa a ser examinada pelo Plenário na quinta-feira. Na justificativa da emenda, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde provocou intensos debates, Nabor diz que seu objetivo é o respeito ao princípio da igualdade entre os candidatos.

— Se todos são iguais perante a lei, não é o que ocorre no caso do presidente da República, governador ou prefeito que seja candidato à reeleição. O político que já se encontra no governo é privilegiado, pois pode dispor da máquina pública em seu favor — afirma Nabor, argumentando que a simples presença de um candidato à reeleição na inauguração de alguma obra pública já pode representar propaganda eleitoral.

Ele diz ainda que a Justiça Eleitoral não tem condições de fiscalizar adequadamente o mau uso de dinheiro público. Nabor aponta para situações tidas por ele como prosaicas, quando se trata de eleições majoritárias. O gover-



Nabor afirma que objetivo de sua proposta é assegurar igualdade entre candidatos

nante teria, por exemplo, condições de, inaugurando obras, viajar com objetivo eleitoral sem gastar um tostão de seu próprio bolso ou de seu fundo de campanha.

Para o senador, as eleições aos cargos majoritários têm demonstrado a força de quem já está no cargo e concorre à reeleição. Nas últimas eleições estaduais, de todos os governadores que se candidataram a um segundo mandato, 18 venceram. Uma vez no poder, o candidato tem muito mais facilidade para arrecadar fundos para a campanha, acredita Nabor. As contribuições de empresários, por exemplo, normalmente são destinadas a quem exerce o poder político e tem o contro-

le sobre a realização de obras públicas. “O governante pode exercer pressão para que o empresário contribua com sua campanha”, afirma.

IDÉIA ANTIGA

Nabor, que já foi governador do Acre, lembra que a desincompatibilização não é idéia nova: muito antes de ser instituída a reeleição, os governantes que quisessem candidatar-se a um cargo no Poder Legislativo já eram obrigados a renunciar ao posto. “Até por questão de coerência, deve-se estender a desincompatibilização a todos os níveis”, defende. O senador também não crê que estados e municípios sejam prejudicados pela descontinuidade administrativa, já que o vice ou o presidente da Assembléia Legislativa ou do Tribunal de Justiça assumirá e governará por pouco tempo, em caso de desincompatibilização do candidato à reeleição.

Outro argumento rebatido pelo senador é o de que o político foi eleito para cumprir quatro anos de mandato, e não três anos e seis meses. “Se quiser, ele pode governar os quatro anos. Mas se quiser ficar mais tempo no poder, terá que renunciar para disputar em condições iguais às de seus opositores”, acrescenta.



Para Alcântara, não é tarefa fácil reeleger-se em um país com tantas demandas sociais

ainda que não é uma tarefa fácil, em um país com tantas demandas sociais, que um candidato consiga reeleger-se. “Não se pode creditar a reeleição ao uso da máquina”, diz. Para ele, o número de reeleitos nas últimas eleições não endossa a tese de que candidatos ao segundo mandato contam com a vitória.

já traz restrições demais aos candidatos. Ele lembra que até mesmo a instalação de placas com os nomes dos governantes é proibida pela Justiça Eleitoral.

Quando à eventual utilização da máquina administrativa para favorecer os candidatos à reeleição, o senador aponta para a fiscalização exercida pelos tribunais eleitorais e pela imprensa. Alcântara reconhece que, ao instituir a reeleição, o Congresso Nacional entrou em choque com a legislação eleitoral vigente, que tem sido extremamente restritiva. Em sua avaliação, porém, no momento em que se consagra o direito à reeleição, é uma contradição obrigar o candidato a renunciar.

O senador pelo Ceará lembrou

CPI toma depoimento de suposto “laranja” de Sozza



A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que investiga o

roubo de cargas em todo o país toma o depoimento, amanhã, do comerciante Adjalmir Simões Ferreira, acusado de ser um “laranja” a serviço da quadrilha de William Sozza, que tem base em Campinas (SP) e é tida como uma das mais atuantes do Brasil. Sozza, atualmente preso, é apontado como o cérebro da organização criminosa pelo detento Jorge Meres, que foi seu motorista e tem cooperado com a CPI.

De acordo com o presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP), a comissão prossegue no objetivo de levantar provas contra

receptores de cargas roubadas. Para o senador, que tem considerado as quadrilhas mais bem organizadas do que a própria polícia, os receptores seriam os maiores responsáveis pelo aumento do desvio de cargas.

Dados divulgados por associações de empresas de transporte de cargas apontam para prejuízos para o setor da ordem de

R\$ 500 milhões ao ano, causados pela ação das quadrilhas. No estado de São Paulo, ocorrem 80% dos crimes.



Romeu Tuma: comissão prossegue no objetivo de reunir provas

CRE sabatina dois ministros indicados para embaixadas

Em reunião amanhã, às 17h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sabatina o ministro de Primeira Classe do Itamaraty Ivan Oliveira Canabrava indicado pelo presidente da República para chefiar a missão diplomática brasileira no Japão. Depois de ouvir o diplomata, os senadores da comissão devem votar, em reunião secreta, relatório do senador Hugo Napo-



Melo é relator da indicação para Moçambique

leão (PFL-PI) favorável à indicação.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), sabatina o diplomata Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, indicado

para o cargo de embaixador do Brasil em Moçambique. O relator da indicação é o senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Procuradores depõem sobre irregularidades no futebol

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol volta a reunir-se na quarta-feira para ouvir os procuradores da Re-



investigação da relação dos bingos com os clubes de futebol do Rio de Janeiro, e Celso Antônio Três, sobre a apuração de prática de lavagem de dinheiro por bingos da região da serra gaúcha. Na mesma reunião, marcada para as 10h, o também procurador Artur Gueiros deverá pronunciar-se sobre denúncias envolvendo o Clube de Regatas Botafogo.

Na quinta-feira, a comissão colhe depoimento de Otávio Ferreira da Costa, dirigente esportivo que

vem denunciando irregularidades na Federação Mineira de Futebol.

Presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a CPI foi criada em setembro do ano passado para analisar denúncias de irregularidades envolvendo dirigentes de clubes, jogadores, empresários e técnicos de futebol.

Sonegação de impostos, ilegalidades relacionadas com a venda de passes de jogadores brasileiros para o exterior, irregularidades nos bingos e análise do contrato de patrocínio firmado entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Nike fazem parte dos trabalhos de investigação da comissão.

Alcântara aponta conflito entre PEC e regras atuais

A desincompatibilização de presidente da República, governador ou prefeito que queira candidatar-se à reeleição provocou intensos debates na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e promete ser o centro de novas discussões no Plenário. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é um dos senadores contrários à proposta. Para ele, instituir a renúncia seis meses antes do pleito para os candidatos a um segundo mandato entra em conflito com o princípio da reeleição e causa descontinuidade administrativa.

— Ou se é contra a reeleição ou se é favor. O meio-termo não ajuda em nada — diz Alcântara, para quem a legislação eleitoral

Emenda da guerra fiscal vai a votação em segundo turno

Plenário conclui na quarta-feira a tramitação de proposta que altera o texto da Constituição federal para conferir ao Senado a atribuição de fixar os parâmetros para a concessão de incentivos fiscais pelos estados

O Plenário do Senado fará quarta-feira a segunda e última votação da proposta de emenda à Constituição destinada a colocar um fim à chamada guerra fiscal entre os estados — ou seja, a oferta de vantagens fiscais para atrair empresas. O projeto, do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), prevê que caberá ao Senado estabelecer em resolução as condições para que um estado possa conceder incentivo fiscal.

Se aprovada, a emenda será remetida à apreciação da Câmara, onde também terá de ser votada por duas vezes, devendo receber, no mínimo, três quintos dos votos dos 513 deputados. Se a proposta for aprovada pela Câmara, o Senado ainda terá de votar a resolução com as normas para concessão dos incentivos.

— Até que seja votada a resolução, os estados continuarão com sua guerra. Só depois disso é que poderemos dizer que o assunto está

resolvido — afirma Waldeck Ornélas.

A emenda prevê que a futura resolução definirá em detalhes as condições em que um estado poderá reduzir impostos para atrair indústrias. Determina ainda que as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobradas dentro de cada estado não poderão ser inferiores às mesmas taxas cobradas entre os estados. Até que seja aprovada a resolução do Senado, valem os atuais incentivos, isenções e benefícios fiscais.

Para Ornélas, a mudança constitucional irá inibir a atuação do Conselho de Administração Fazendária (Confaz), integrado por todos os secretários de Fazenda dos estados. “Hoje, o Confaz está legislando na área tributária, quando isso é competência do Senado”, afirma. “Aliás, nem isso o Confaz vem fazendo, pois qualquer alteração de alíquota ou concessão de incentivo exige unanimidade dos 27 secretá-

rios. Como há uma guerra entre eles, o Confaz nada aprova e cada um reduz impostos como lhe convém.”

— Essa é uma guerra que prejudica os próprios estados. Se todos reduzem impostos para atração de empresas, no final todos perdem arrecadação, prejudicando pesadamente as políticas sociais. No final de tudo, é a população que sai perdendo — pensa Waldeck Ornélas.

O senador considera sua proposta de emenda constitucional o “início da reforma tributária” pretendida pelo governo federal e disse que ela permitirá que o Senado exija da União e dos estados uma política onde prevaleçam a determinação constitucional de desenvolvimento com redução das disparidades regionais.

No dia seguinte à votação da emenda sobre os incentivos, o Senado começará a discutir outra proposta de Waldeck Ornélas, prevendo que qualquer projeto do governo que tratar da Federação será votado primeiro pelos senadores, “pois são eles os representantes da Federação no Congresso”. Atualmente, a tramitação dos projetos começa sempre pela Câmara dos Deputados.



Para Waldeck Ornélas, a população é quem mais perde com a guerra fiscal

Senadores apreciam isenção tributária para a produção de cadernos escolares

Os senadores discutirão nesta semana, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional (PEC) que isenta de qualquer taxa o papel usado para confecção de cadernos escolares. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) é o autor da proposta, que tem parecer favorável da CCJ, de acordo com relatório apresentado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

Essa é uma das três PECs que o Senado analisará no período. As outras duas são a que pretende pôr fim à guerra fiscal entre os estados, regulamentando a concessão de



Rocha é o autor da PEC que isenta o papel usado para produzir cadernos

redução de alíquotas e a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e a que determina a desincompatibilização dos chefes do Executivo que se

candidatem à reeleição, proposta que tem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) como primeiro signatário e recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A pauta da semana também inclui três projetos de lei que beneficiam as mulheres. Eles tramitam em regime de urgência e tratam da tipificação do assédio sexual como crime; da exigência de coberturas das cirurgias plásticas reparadoras de mama, em função de câncer, por planos de saúde; e da exigência de que as delegacias informem às vítimas de estupro sobre seu direito ao aborto. As três matérias, no entanto, ainda dependem de parecer da CCJ e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Dois outros projetos terão sua votação final no Plenário do Senado esta semana. O primeiro, do senador Lauro Campos (PT-DF), estabelecendo padrões para o volume de áudio dos intervalos comerciais no rádio e na TV, deve ir a votação amanhã. Caso o substitutivo aprovado na Câmara seja acolhido pelos senadores, a proposta seguirá para sanção presidencial.

O segundo projeto, do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), concede anistia a dirigentes sindicais punidos por participação em greves. O substitutivo já aprovado pelo Senado será apreciado em turno suplementar, segundo parecer da Comissão Diretora redigido pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

Além das PECs e dos projetos de lei, serão apreciados 16 projetos de decreto legislativo que aprovam atos do Ministério das Comunicações outorgando ou renovando concessões e permissões de rádios e TV em todo o país.

Disputa começou discreta mas, com o tempo, tornou-se ostensiva

Com o enfraquecimento do regime militar instalado em 1964, os estados iniciaram uma discreta disputa para atrair indústrias, sob o argumento de que faltava ao país uma política eficaz de desenvolvimento das regiões mais pobres. No começo, oferecia-se infra-estrutura em distritos industriais. Nos últimos anos, a briga foi ostensiva, com se-

cretários de Fazenda visitando indústrias, geralmente localizadas em São Paulo, oferecendo incentivos para receber fábricas, novas ou velhas. Em alguns casos, as fábricas literalmente mudaram de estado, levadas em caminhões.

De tanto perder indústrias, sobretudo para o Paraná, a Bahia e o Rio Grande do Sul, São Paulo reagiu e aprovou uma lei que permite cobrar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não recolhido em outros estados. Além disso, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão dos incentivos não aprovados pelo Conselho de Administração Fazendária (Confaz). Também ofereceu incentivos para segurar indústrias, como a Otis e a Bombril.

Nos últimos meses, a “guerra” diminuiu de intensidade. Mas só deve acabar mesmo depois que o Sena-

do aprovar a resolução prevista na proposta de emenda à Constituição do senador Waldeck Ornélas. “Não há uma política de desenvolvimento regional e só nos resta o incentivo fiscal”, sustenta o governador da Bahia, César Borges. Para ele, a guerra fiscal pode até ser um mal, mas não acabará “enquanto o Brasil continuar um país extremado entre a

prosperidade e a pobreza”. Assim, na opinião dos governadores de estados menos desenvolvidos, a disputa fiscal transformou-se em uma alternativa de desenvolvimento.

Na luta para mostrar que têm razão, os estados mais pobres argumentam que as regiões mais desenvolvidas acabam ficando com a maior fatia dos benefícios fiscais hoje oferecidos pela União. Entre renúncias fiscais e incentivos, o governo federal deixou de arrecadar em 1999 R\$ 42,5 bilhões para incentivar exportadores e permitir deduções de Imposto de Renda. Desse total, só R\$ 12,1 bilhões (28%) destinaram-se ao desenvolvimento regional. Por esse raciocínio, se não há incentivo da União para a prosperidade dos estados mais pobres, os governos estaduais tentam substituir o papel que cabe à União.



CE examina autorizações para rádios comunitárias

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã a partir das 11h30 para analisar quatro autorizações de funcionamento de rádios comunitárias nas cidades de Itaperuçu (PR), Manaus (AM), Caeté e Arinos (MG). Também serão apreciados atos de outorga e renovação de concessão para rádios em frequência modulada e ondas médias nas cidades de Cascavel (CE), Ponta de Pedras (PA) e Barbacena (MG). Todas têm parecer favorável dos respectivos relatores.

A CE também examinará os projetos de lei do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e da senadora Marina Silva (PT-AC), que tramitam em conjunto e mudam o nome do aeroporto internacional de Rio Branco, no Acre. No projeto de Nabor, o Aeroporto Internacional Presidente Médici, que está em construção na capital, passaria a se chamar “Aeroporto Senador Oscar Passos”, enquanto o projeto de Marina propõe a denominação “Aeroporto Internacional Chico Mendes”.

Heloísa denuncia atentado contra marcha pela reforma agrária

Senadora atribui ação em Alagoas a pistoleiros da Fazenda Flor do Bosque e critica omissão do governo federal

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) denunciou atentado realizado no dia 10 por pistoleiros da Fazenda Flor do Bosque, que dispararam contra integrantes da Marcha em Defesa da Reforma Agrária em Alagoas, atingindo uma criança de dez anos de idade, uma das acampadas da Fazenda Prazeres, no município de Flexeiras. Segundo a senadora, a Flor do Bosque é uma das fazendas da falida Usina Bititinga, que se encontra em processo de desapropriação.



Heloísa: "Governo é incapaz de fazer a reforma agrária"

Heloísa explicou que a marcha foi iniciada no dia 5 de abril e, durante 13 dias, percorrerá 130 quilômetros realizando atos públicos e coletando assinaturas em apoio à proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita o tamanho da propriedade rural. Também serão coletadas assinaturas contra os transgênicos, contra o decreto presidencial 2.250, que proíbe vistorias em terras ocupadas, contra o Banco da Terra, pela desapropriação das áreas ocupa-

das em todo o estado, pelo fim da violência e da impunidade no campo e pelo desarmamento dos latifundiários.

A senadora acusou o recebimento de dois ofícios da Federação da Agricultura de Alagoas, que congrega os proprietários de terras no estado, em que a entidade mostra preocupação com os últimos acontecimentos. Para Heloísa Helena, a responsabilidade é do governo federal, "omisso e incapaz de cumprir a lei e fazer a reforma agrária". Ela também atribuiu responsabilidade ao governo estadual, "que não estabelece mecanismos ágeis e eficazes para minimizar tal problema".

Nabor homenageia advogado radicado no Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) prestou na quarta-feira, em Plenário, homenagem ao advogado Jorge Arakén Faria de Sá, carioca de nascimento, mas morador do Acre há 40 anos. Arakén foi agraciado recentemente com o troféu "Melhores da Advocacia Brasileira" pelo jornal *Brazilian Time* e pela Norberto Gauer Eventos & Promoções.

— Esta é uma das mais cobiçadas honrarias destinadas aos profissionais do Direito em nosso país. E merecê-la significa o reconhecimento de notáveis saberes jurídicos e da observância das mais estritas normas éticas, no desempenho de suas nobres e espinhosas missões — disse Nabor, que apresentou requerimento solicitando

um voto de louvor a Arakén pela conquista da honraria.

O senador recordou fatos da trajetória do advogado, que, logo no início da carreira, deixou a banca para tornar-se juiz, tendo ocupado os mais importantes graus da magistratura e se aposentado como desembargador do Tribunal de Justiça do Acre.

Alcântara lamenta barreiras impostas a produtos brasileiros

A média tarifária, ou de equivalente tarifário, aplicada pelos Estados Unidos sobre os 15 principais produtos de exportação do Brasil atinge 45,6%, ao passo que a média aplicada pelo Brasil aos 15 principais produtos de exportação americana é de apenas 14,3%. Esta é uma das conclusões do estudo feito pela embaixada brasileira em Washington sobre as barreiras aos produtos e serviços brasileiros no mercado norte-americano, tema de pronunciamento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Concluído em novembro do ano passado, o relatório estima que, se fossem retiradas as barreiras de apenas nove produtos brasileiros (suco de laranja, produtos siderúrgicos, açúcar, calçados, fumo, gasolina, camarão, álcool etílico e óleo de soja em bruto), o Brasil aumentaria em US\$ 831 milhões as suas exportações,

correspondendo a um aumento de mais de 50% sobre o valor médio das exportações desses produtos nos anos de 1997 e 1998.

— O relatório da embaixada brasileira não só destaca os numerosos e desleais obstáculos que nossas exportações enfrentam para penetrar no mercado norte-americano, como também procede a resenhas objetivas do que vem ocorrendo no campo de cada produto ou serviço de maior relevância para o Brasil — informou Lúcio Alcântara.

SUBSÍDIOS

Ele acrescentou que um dos aspectos que chama a atenção é a diversidade dos obstáculos que as exportações brasileiras enfrentam: barreiras tarifárias e sanitárias, restrições na forma de quotas, acusações artificiais de *dumping*, dificuldades burocráticas, subsídios ofe-

recidos a produtores dos EUA, além de restrições advindas de normas técnicas, trabalhistas, ambientais, federais e até municipais.

Na opinião do senador pelo Ceará, todas as restrições aos produtos brasileiros contrastam com a pregação que os Estados Unidos fazem em favor de uma abertura comercial mundial geral e irrestrita. Mesmo tendo como norma geral uma estrutura de comércio exterior aberta, prosseguiu Lúcio Alcântara, os EUA penalizam indevidamente alguns produtos da pauta de exportação brasileira.

— É dever do Senado dar todo o apoio de que necessitarem nossas autoridades governamentais e nossos setores econômicos envolvidos nessas disputas, para que elas possam ser superadas da maneira que melhor sirva aos interesses do Brasil — afirmou.

Cooperação e solidariedade devem pautar blocos regionais, diz Eduardo

A formação de blocos regionais, a exemplo do Mercosul, não pode ser vista apenas como uma união de países para fortalecer sua capacidade competitiva em face de outros, mas sim como um sistema de cooperação em favor do desenvolvimento, da sustentabilidade e da melhoria das condições de vida dos povos que os integram. A afirmação foi feita pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) ao condenar o "espírito de ganância herdado do passado" e defender a cooperação e a solidariedade como instrumentos de construção do futuro para o Brasil.

O parlamentar apontou como exemplo o Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBICI), responsável por grande parte dos financiamentos cooperativos na

Ásia e na América Latina.

— Esses recursos beneficiaram predominantemente a área de produção de alimentos e de fortalecimento da infraestrutura econômica do país, com forte cuidado no que se refere a preocupações ambientais — informou.

Eduardo Siqueira Campos sustentou ainda que "a cobrança do espírito de cooperação, superando a exclusão que a competição selvagem provoca, é um direito da Humanidade, a ser posto nas discussões internacionais, quer nos organismos, quer nas relações bilaterais entre os países".



Eduardo critica "espírito de ganância"

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — O sen. José Fogaça e o cientista político Ricardo Caldas falam sobre o Brasil e o comércio internacional
7h30 — *Entrevista* — O sen. Bello Parga fala sobre a permanência da CPMF
8h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
8h30 — *Saúde/UNIP* — Paulo Vanzolini na Amazônia — Parte 5
9h — *Especial* — Fortes do Brasil: Natal
9h30 — *Entrevista* — O sen. Alberto Silva fala sobre as novas fronteiras agrícolas
10h — *Palestra* — Redegoverno, o cidadão como cliente
11h — *Especial* — Fortes do Brasil: Natal
11h30 — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos
12h — *Redescobindo o Brasil* — Lampião

12h30 — *Entrevista* — O sen. Bello Parga fala sobre a permanência da CPMF
13h — *Fala Cidadão* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores
13h30 — *Debate* — O sen. José Fogaça e o cientista político Ricardo Caldas falam sobre o Brasil e o comércio internacional
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — O sen. Alberto Silva fala sobre as novas fronteiras agrícolas
19h — *Idéias* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores
19h30 — *Debate* — O sen. José Fogaça e o cientista político Ricardo Caldas falam sobre o Brasil e o comércio internacional
20h30 — *Entrevista* — O sen. Bello Parga fala sobre a permanência da CPMF
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirectTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Hartung defende a suspensão da venda de estatais elétricas

Senador também recomenda a Fernando Henrique que envie uma missão oficial à Califórnia para verificar os efeitos de uma privatização "açodada"

A suspensão do processo de privatização das empresas de energia elétrica, especialmente Furnas, foi defendida na última quarta-feira pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES). Afirmando ser favorável à participação do capital privado no setor elétrico, Hartung também sugeriu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que "redirecione as suas energias pessoais e as do seu governo para romper com o impasse do risco cambial na construção das 49 termelétricas a gás", a fim de que a crise no abastecimento de energia



Hartung: questão de "pragmatismo econômico"

no país seja minorada.

Hartung recomendou ainda a Fernando Henrique que designe uma missão oficial para ver de perto, na Califórnia (EUA), os efeitos de uma privatização levada à frente "de forma açodada e desastrosa".

O senador disse que tais medidas devem ser adotadas não por razões eleitorais, "mas por todas as dúvidas que envolvem a privatização do setor, pela divisão de opiniões dentro do próprio governo sobre o assunto e por um pragmatismo econômico, representado pela escassez de capital

público e privado disponível para investir em energia".

Na opinião de Paulo Hartung, o país não está livre do racionamento e as 33 medidas anunciadas para reduzir o consumo em 10% e aumentar a oferta de energia em até 9% "são cheias de boas intenções, mas com probabilidades mínimas de vingarem e, portanto, fadadas a frustrar o país".

Ele acrescentou que não será surpresa se, em junho ou julho, o governo acabar rendendo-se à evidência da escassez e determinar o racionamento, o qual atingirá principalmente as regiões mais sofridas, como o Nordeste, e "áreas que ficam na ponta da distribuição, como o Espírito Santo".

zões eleitorais, "mas por todas as dúvidas que envolvem a privatização do setor, pela divisão de opiniões dentro do próprio governo sobre o assunto e por um pragmatismo econômico, representado pela escassez de capital

tando a instalação de um bloqueador, que fornece apenas a energia necessária à iluminação naquele período. José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou que tramita no Senado projeto de decreto legislativo, apresentado por ele e pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), que submete a privatização da Chesf a um plebiscito prévio. Álvaro Dias (PSDB-PR) informou ser autor de projeto que torna o plebiscito obrigatório nas privatizações de empresas elétricas e de abastecimento de água.

Pedro Simon (PMDB-RS) enfatizou a importância do projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que suspende a privatização de

empresas de geração e transmissão do setor elétrico.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que o governo deveria ser alertado pelos seus líderes para as dificuldades políticas e técnicas de fazer a privatização de Furnas agora. "Não sou contra as privatizações. Mas o povo, no momento, não deseja isso", afirmou. Eduardo Suplicy (PT-SP) fez restrições à privatização da Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp), que o governo paulista está encaminhando. Já o senador Antero de Barros (PSDB-MT) afirmou que a privatização do setor elétrico deu certo em Mato Grosso. "Não fosse a privatização, o estado estaria às escuras agora", garantiu.

Álvaro faz balanço positivo das perspectivas econômicas do país

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) considera "excelentes" as perspectivas da economia brasileira. Para ele, a atual fase de crescimento resulta da política de estabilização baseada no controle do gasto público e das "amplas" reformas econômicas realizadas nos últimos anos.

— O Brasil está colocado em rota segura e rápida em direção ao crescimento econômico e ao desenvolvimento, agora em bases sustentáveis. O único fator que pode prejudicar essa conjuntura favorável é o imponderável — disse Álvaro Dias.

Após elogiar o profissionalismo e a capacidade de planejamento da equipe econômica, o senador citou

uma série de indicadores econômicos que comprovam a boa saúde da economia. O Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, teve crescimento de 4,46% em 2000 e deve apresentar incremento de 4,5% neste ano, num cenário de controle das contas públicas, o que, lembrou o senador, é inédito no Brasil.

Também destacou a inflação de 5,9% medida no ano passado pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) como um fator positivo, tanto para a retomada do crescimento como para elevar o poder de compra dos mais pobres, maiores prejudicados pela inflação alta.

A queda no déficit público é ou-

tro indicador positivo, prosseguiu. O déficit nominal (incluindo os juros da dívida pública), situou-se em 4,5% do PIB em 2000, desempenho em grande parte devido ao superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros) de 3,5% do PIB. Também cooperou a queda dos juros, mesmo que para um nível ainda considerado alto — cerca de 15% ao ano. O déficit nas contas externas é o indicador mais preocupante, para Álvaro Dias. Em 2000, ele chegou a US\$ 24 bilhões, tornando o país muito dependente de recursos estrangeiros para fechar suas contas.



Álvaro Dias: "Rota segura em direção ao crescimento"

Tião Viana apela por verbas para a Força Aérea Brasileira

O senador Tião Viana (PT-AC) fez um apelo aos senadores dos estados da Amazônia para se unirem no esforço de sensibilizar o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para liberar mais verbas para a Força Aérea Brasileira. "A escassez de recursos está ameaçando a continuidade do trabalho de solidariedade que a FAB sempre desenvolveu na região", afirmou.

Segundo Tião Viana, todos reconhecem ser indispensável para as populações isoladas da Amazônia o auxílio da FAB, que salva vidas e possibilita o transporte rápido de pessoas e material, sobretudo na estação das chuvas, quando as estradas ficam intransitáveis e o transporte fluvial leva ainda mais tempo. "Somos gratos à Aeronáutica, que sempre se mostrou sensível às necessidades da região", disse.

O senador lamentou, porém, que a presente falta de verbas orçamentárias esteja dificultando,



Viana: falta de recursos ameaça ações de solidariedade da FAB

por exemplo, o transporte de 17 mil quilos de material hospitalar, necessários para equipar o novo hospital do município de Tarauacá (AC). Segundo o brigadeiro-do-ar Carlos Almeida Batista, "a realidade da FAB de hoje é a escassez crônica de recursos", relatou.

DENGUE

No mesmo pronunciamento, o senador cobrou providências para o combate à dengue em Rio Branco. Ele afirmou que o sistema de vigilância epidemiológica do Acre foi descentralizado há mais de um ano, com a responsabilidade pelo controle das epidemias transferida para os municípios.

— Portanto, a epidemia de dengue que está castigando a capital, identificada corretamente pela Fundação Nacional de Saúde, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Rio Branco, que, desde janeiro de 2000, quando surgiram os primeiros casos, não realizou o controle do vetor, o mosquito *Aedes aegypti* — afirmou o senador.

Maldaner critica salário pago a professor em Santa Catarina

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) acusou o governo de Santa Catarina de não aplicar 60% dos recursos do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) na remuneração dos professores, conforme determina a legislação federal que regula o assunto. A consequência disso, segundo o senador, é a incômoda posição ocupada pelo estado no ranking dos salários pagos ao magistério: o salário do professor catarinense, informa ele, é o segundo pior do país.

— Os profissionais de educação catarinenses, que representam 53% dos funcionários públicos do estado, entre ativos e inativos, representam apenas 29% da folha. Com esse vencimento, a sobrevivência em condições dignas é extremamente difícil — argu-



Casildo Maldaner: salários não têm aumento desde 1995

menta Maldaner.

Ele apresentou números sobre os repasses de recursos do fundo feitos ao governo de Santa Catarina e quanto os professores deveriam receber para uma carga de trabalho de 20 horas. De acordo com os dados citados pelo senador, os repasses passaram de R\$ 267 milhões, em 1998, e R\$ 297 milhões, em 1999, para R\$ 343 milhões no ano 2000. A esse aumento, afirmou Maldaner, não correspondeu a melhoria salarial dos professores — pelos cálculos do senador, a remuneração para 20 horas deveria ser de R\$ 657.

— Houve redução no número de alunos e automaticamente deveriam ser reduzidos os custos, mas infelizmente a remuneração no meu estado continua a mesma desde 1995 — lamentou.

Suassuna: aproximação entre Argentina e EUA ameaça Mercosul

Senador diz que a concorrência já custou caro a brasileiros e argentinos e recomenda: “Não nos interessa buscar divergências, mas pontos de similitude”

O risco de a Argentina aproximar-se dos Estados Unidos, com prejuízos para o Brasil no âmbito do Mercosul, foi apontado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que identificou o cancelamento da viagem que o presidente Fernando Henrique Cardoso faria a Buenos Aires como o primeiro sinal de que o governo brasileiro acordou para esse perigo.

Lembrando que o principal objetivo da viagem de Fernando Henrique seria revitalizar as relações entre os dois principais parceiros do Mercosul, Suassuna disse que as medidas do ministro da Economia argentino, Domingo Cavallo, são tão adversas aos interesses brasileiros que a visita deixou de fazer sentido. Ele condenou sobretudo a iniciativa de Cavallo de facilitar a importação de bens de capital vindos de qualquer país, baixando sua alíquota de importação para zero.

— Ora, isso afeta diretamente o Mercosul e, principalmente, o Brasil, mesmo que a medida se limite a



Para Ney Suassuna, ao aplicar tarifa zero a Argentina mudou as regras do Mercosul

bens de capital, isto é, máquinas — argumentou Suassuna, observando que essa união aduaneira alinha seus países-membros segundo a mesma tarifa de importação de mercadorias de outros países, enquanto os produtos dentro do bloco circulam livres de impostos.

Para o senador, ao aplicar uma tarifa zero generalizada de importação a Argentina mudou unilateralmente as regras do Mercosul. Ele definiu como ameaçadora a aproximação argentina com os Estados Unidos:

— Há, no mínimo, o risco de que nosso principal parceiro do Mercosul tome o partido do governo norte-americano na preferência por acelerar a entrada em vigência da Alca, a Área de Livre Comércio das Américas, coisa que não interessa ao Brasil — afirmou.

Na mesma análise, Suassuna considerou duvidoso que a Argentina leve alguma vantagem nessa aproximação com os Estados Unidos, visto que os produtos que os argentinos têm para vender — petróleo, trigo, automóveis etc. — dificilmente seriam comprados na América do Norte, principalmente na vigência da paridade peso-dólar.

Constatando que a concorrência já custou muito caro ao Brasil e à Argentina, ele aconselhou: “Não nos interessa buscar divergências, mas pontos de similitude”. Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a idéia básica do Mercosul não é a competição entre os países que o integram, mas a união para, todos juntos, poderem competir com mais força.

Francelino defende maior discussão sobre a Alca

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu a necessidade de o Congresso aprofundar a discussão sobre a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), prevista para entrar em vigor a partir de janeiro de 2006. Ele enumerou, entre as principais medidas que precisam ser tomadas pela Câmara e pelo Senado, a aprovação do projeto de Lei das Sociedades Anônimas e a reformulação do sistema tributário.

— A reforma tributária precisa ser encarada como o mais importante ponto do grande desafio com que se defronta o Poder Legislativo. Muita coisa já foi realizada a esse respeito. Na Câmara, desenvolveu-se exaustivo trabalho ao longo dos dois últimos anos com esse objetivo. Até aqui, contudo, não houve suficiente vontade política nem determinação para que esses estudos viessem a

se transformar em lei — comentou Francelino Pereira.

O senador por Minas Gerais avaliou que não é possível mais adiar a conclusão da reforma tributária. Ele lembrou que o próprio ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápia, classificou a reformulação do sistema tributário como “passo decisivo” para que as empresas brasileiras coloquem produtos a preços competitivos no mercado exterior.

Mesmo considerando que o Congresso terá muito trabalho até a implantação da Alca, Francelino destacou que algumas iniciativas já foram tomadas, como a aprovação da lei que disciplinou as micros e as pequenas empresas e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele acrescentou que o governo também tem contribuído, modernizando estruturas principalmente para facilitar



Na opinião de Francelino, a reforma tributária é o desafio mais importante

as exportações. Citou como exemplo a criação do programa Exporte Fácil, dos Correios, que possibilita a exportação de produtos de microempresas.

Francelino sugeriu que Câmara e Senado intensifiquem as discussões sobre a Alca com a realização de conferências, seminários, encontros e publicações. “O Congresso Nacional deve transformar-se num foro concreto, profundo, para mostrar a si mesmo, ao Brasil e ao mundo a relevância incontornável da política externa na política nacional”, completou.

Suplicy propõe que comissões promovam amplo debate

A constituição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) deve ser objeto de amplos debates entre políticos, empresários, trabalhadores e especialistas. Esta é a proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que enviou requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em que solicita a realização de uma série de audiências públicas, em cooperação com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para discutir a adesão do Brasil à Alca.

— Os acordos comerciais celebrados pelo Brasil nem sempre atendem aos interesses nacionais. O Congresso tem ficado à margem dessas questões, o que enfraquece a posição brasileira — disse, citando os acordos junto à Organização Mundial do Comércio e ao Mercosul.

Suplicy lembrou que após a primeira reunião de cúpula, em Miami (EUA), as quatro rodadas de negociações em torno da Alca — Denver (EUA), Cartagena (Colômbia), Belo



Suplicy diz que acordos nem sempre atendem aos interesses nacionais

Horizonte (Brasil) e San José (Costa Rica) — tiveram uma agenda determinada essencialmente pelos Estados Unidos. Ele apontou as profundas diferenças entre os países americanos, salientando a hegemonia dos EUA, que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, respondem por 60% do comércio na região. O Nafta, acordo de livre comércio entre EUA, Canadá e México, representa 85% do comércio no continente.

Suplicy também defendeu a livre circulação de trabalhadores nas Américas e chamou atenção para o muro erguido na fronteira dos Estados Unidos com o México. Destacou que a Alca significará a liberação de comércio de bens e serviços e o estabelecimento de regras comuns em questões como investimentos estrangeiros, compras governamentais, patentes e defesa da concorrência. Mas lamentou as restrições aos produtos brasileiros na economia norte-americana.

Fogaça aponta equívocos na estratégia diplomática do país

O senador José Fogaça (PMDB-RS) fez restrições à estratégia diplomática do governo brasileiro no comércio exterior, dizendo que o país partiu do pressuposto de que, para Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai, o ingresso na Alca (Área de Livre Comércio das Américas) teria os mesmos efeitos que para o Brasil.

— Isso não é verdade — afirmou Fogaça, explicando que as economias menos industrializadas têm grande interesse em ingressar na Alca e desejam que isso aconteça rapidamente. Para esses países, frisou, o acesso ao mercado norte-americano de 300 milhões de consumidores, com uma renda *per capita* de 20 mil dólares, significa uma mudança brutal nas relações comerciais externas.

Observando que a Alca pretende envolver do Alasca até a Terra do Fogo, o senador disse que foi por não entender esse pormenor que o Brasil cometeu erros estratégicos. Ele registrou que, em recente encontro



José Fogaça aconselha coragem para assumir o ingresso na Alca

do Parlamento Latino-Americano, o presidente do Uruguai, Jorge Batlle, disse enfaticamente que o país quer entrar na Alca, por achar esse acordo aduaneiro bom, necessário e importante.

— O Uruguai quer a Alca para ontem — afirmou Fogaça.

Por isso, ele aconselhou o Brasil a assumir de maneira corajosa o ingresso nesse mercado. Em sua avaliação, enquanto a estratégia brasileira é ingressar na Alca o mais tarde possível, a dos vizinhos é em sentido contrário. Fogaça indagou se o Brasil quer assumir corajosamente esse enfrentamento, negociando pontos cruciais como as exportações de laranja e aço, ou quer apenas adiar providências.

— Podemos ir para o buraco ou podemos nos libertar e nos emancipar. Resta saber que tipo de caminho queremos adotar, se é o caminho da coragem ou o caminho da acomodação — observou ele.